

A SABEDORIA IORUBÁ NA PERSPECTIVA DECOLONIAL: O ORIXÁ EXU COMO SÍMBOLO DE TRANSFORMAÇÃO DA COOPERAÇÃO NA CRISE CIVILIZACIONAL

Norlan Souza da Silva

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília
norlan.silva@fac.unb.br*

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília
maria_makiuchi@unb.br*

À Guisa de Uma Introdução

O mundo contemporâneo está atravessado por uma profunda crise civilizacional, manifestada em uma série de problemas globais, como a desigualdade, a violência, a degradação ambiental e a crise climática. Frente a esse cenário, as teorias do sul global têm proposto uma perspectiva decolonial para o enfrentamento da crise. Este artigo é baseado em uma revisão bibliográfica de fontes acadêmicas sobre a crise civilizacional, as teorias do sul global e a sabedoria iorubá a respeito do Orixá Exu¹.

Essa perspectiva defende a necessidade de desconstruir o pensamento eurocêntrico, que se fundamenta na ideia de superioridade da cultura ocidental e na naturalização da colonialidade. A partir dessa perspectiva, é possível resgatar saberes e práticas de resistência dos povos do sul global, que podem contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável. O orixá Exú, na cosmologia iorubá, traz consigo todas as benesses dos outros orixás. Ele é a divindade da ordem, da organização, da paciência, das passagens, dos caminhos, dos limites, das encruzilhadas dentre outros aspectos. Ele é o guardião das fronteiras entre o sagrado e o profano, o conhecido e o desconhecido, o certo e o errado. Exu é também o orixá da comunicação, da negociação e da mediação.

A demonização dos orixás era uma forma de deslegitimar a cultura iorubá e de justificar a violência colonial. Já a figura de Exú, entendido como um orixá complexo e contraditório, representa tanto o bem quanto o mal. Essa dualidade pode ser interpretada como uma crítica à demonização dos orixás. Exú não é um ser maligno, mas ele é capaz de fazer o mal. Isso nos lembra que a natureza humana é complexa e que todos somos capazes de fazer o bem e o mal.

A sabedoria iorubá a respeito de Exu pode nos oferecer insights importantes para o enfrentamento da crise civilizacional. Exu nos lembra da importância da alteridade, da pluralidade e da complexidade. Ele também nos ensina sobre a necessidade da negociação, do diálogo e da mediação para a construção de um mundo mais justo e equitativo. Neste artigo, propomos a reflexão sobre a confrontação da crise civilizacional a partir da sabedoria iorubá a respeito de Exu, especialmente no Odù Ogbè-Ògündá². Dentro de uma perspectiva decolonial, argumentamos que Exu pode ser um poderoso símbolo de transformação, necessária para pensarmos sobre cooperação internacional na crise civilizacional que estamos atravessados.

¹ Èsù é a grafia original em iorubá para Exu, que não adotaremos no corpo do texto, seguindo o uso do termo comum na língua portuguesa, tal como foi explicitado na obra “Exu e a Ordem do Universo” (2011), de Síkírú Salami e Ronilda Iyakemi Ribeiro.

² Gostaria de agradecer imensamente a sacerdotisa do culto tradicional iorubá no Brasil, ìyà ìysìwà Lòlà, do Templo de Orixás Ilé Asè Olà-ìyàmì, que me orienta e instrui, assim como consertou meu texto sobre os aspectos da grafia e da cultura iorubá.

Dentro da perspectiva decolonial, à luz das teorias do sul global, segundo Connell (2012), o encontro colonial está presente nos projetos das teorias do sul global. Para a autora, “este ‘encontro’ não é apenas o momento de conquista colonial ou de controle indireto, não importa quanto importante seja. Implica também a constituição de uma sociedade colonial, a transformação de relações sociais sob o poder colonial, as lutas pela descolonização, a instalação de novas relações de dependência, e as lutas para aprofundar ou desafiar essa dependência” (CONNELL, 2012, p.11).

Nas ciências sociais, a estratégia mais familiar de resistência à hegemonia da metrópole é enfatizar as distinções tradicionais nacionais ou estilos de trabalho intelectual (BURAWOY, CHANG E HSIEH, 2010; PATEL, 2010). Uma outra estratégia, seria a busca de “sistemas autóctones de conhecimento” (*indigenous knowledge*), ou seja, “contextos próprios para a produção de um conhecimento que esteve originalmente fora do sistema euro-centrado e que talvez ainda possa estabelecer uma base para autonomia” (AKIWOWO, 1999; ODORA HOPPERS, 2002).

Uma terceira estratégia, estaria na crítica pós-colonial do pensamento europeu, como uma tentativa de “provincializar” a Europa e os projetos “de-colônias” (CHAKRABARTY, 2000; MIGNOLO, 2005, SAID, 2007). Por fim, é a tentativa de encontrar, fora das tradições europeias e norte-americana, bases para um universalismo alternativo, não demandando um pluralismo epistemológico, mas sim uma racionalidade que está fundamentada em um lugar que não aquele ocupado pelas tradições centradas na metrópole (LAL, 2002; ALATAS, 2006).

Na narrativa do Odù Ogbè-Ògündá feita originalmente pelo Babbálawó Fabùnmi Sowùnmí apresentada por Salami & Ribeiro (2011) e adaptada por Cobelo (2020), no qual Exu é um orixá que foi criado por Eledunmare, o criador do universo³. Exu é um ser complexo e neutro, para além do bem e do mal como os demais Orixás. Exu é o agente do caos, porque ele altera as coisas para depois ordená-las no mundo. Exu é a divindade da ordem, da organização, da paciência, das passagens, dos caminhos, dos limites, das encruzilhadas dentre outros aspectos. Sendo o guardião das tomadas das decisões das nossas “encruzilhadas” da vida, o que significa que ele está presente em todos os momentos da vida, nos bons e nos maus⁴. Exu representa a dualidade da natureza humana, que é capaz de grandes feitos, mas também de grandes atrocidades.

Assim, a demonização do culto dos Orixás é um fenômeno que ocorre há séculos. No contexto da colonização europeia, os Orixás foram associados a demônios e a práticas pagãs. Essa demonização foi usada para justificar a violência e a exploração dos povos de matriz africana. A partir de uma perspectiva decolonial, a narrativa do Odù Ogbè-Ògündá pode ser interpretada como uma crítica à demonização dos Orixás. Exu é um orixá complexo e contraditório, mas ele não é um ser maligno.

Portanto, a demonização dos orixás é uma forma de deslegitimar a cultura iorubá. Ela é um exemplo da violência colonial, que buscava destruir as identidades e os saberes dos povos colonizados.

Os Estudos da Cooperação Internacional sob uma Perspectiva Decolonial

Na cooperação internacional, segundo Milner (1992), na década de 1980 se desenvolveu uma ampla variedade de estudos sobre cooperação entre as nações, cujos esforços desde os anos 1970 visou organizar a cooperação em assuntos econômicos e de segurança internacional.⁵ Nesta literatura, existem dois pontos em comum, primeiramente, com foco na análise sistêmica da

³ Exu é o grande agente mágico universal, guardião dos Orixás. Sendo um dos quatro Orixás primordiais, juntamente com Ogum (grande Orixá civilizador), Obatalá (pai criador de tudo que tem vida e forma) e Orunmilá-Ifá (orixá da sabedoria que atua no destino da vida dos humanos).

⁴ O termo “encruzilhada” foi por muitas vezes compreendido de maneira pejorativa e enviesada, contudo é um local de convergência de direções e de energias. Neste caso, trato o termo supracitado como uma alegoria, ou seja, como local de tomada de decisões, tão presente nas nossas vidas. No Odù Ogbè-Ògündá, será visto a importância da encruzilhada na resolução das contendas que passam os personagens desse mito esclarecedor para a crise civilizacional.

⁵ Especialmente nas obras de Kenneth Waltz “Theory of International Politics” (Reading, Massachusetts: Addison Wesley, 1979); Barry Posen, “The Sources of Military Doctrine” (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1985); Stephen D. Krasner, “State Power and the Structure of International Trade,” World Politics 28 (April 1976); e David Lake, “Power, Protection and Free Trade” (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1988);

cooperação internacional, isto é, nas forças e nas restrições no comportamento cooperativo entre os países como uma função do sistema internacional (MILNER, 1992, p. 467) e, segundo, pelo amplo uso da Teoria dos Jogos como ferramenta central da análise.

Neste último caso, segundo Bobbio (1998, p. 1238), a teoria dos jogos consiste fundamentalmente na definição de um modelo de comportamento racional, de modo a permitir a maximização da utilidade frente a um conflito de interesses.⁶ Assim, para Milner (1992), aconteceram algumas contribuições para literatura recente sobre a cooperação internacional, uma com base na definição consensual sobre um conceito de cooperação, que nos ajuda a distinguir que comportamento é de cooperação; e a outra, com base em proposições sobre as condições a partir das quais torna-se mais viável o surgimento da cooperação.

Para Milner (1992), alguns autores nesta década de 1980, seguiram a perspectiva de Robert Keohane ao definirem a cooperação como o momento em que os atores ajustam seus comportamentos às preferências reais ou antecipadas de outros, mediante um “coordenação de políticas”⁷. Assim, o comportamento de cada ator visa alguns objetivos específicos, tal como a cooperação oferece aos atores ganhos e recompensas mútuas. Por tanto, é na antecipação da melhoria de sua própria situação que leva aos ajustes em políticas de um ator. Dessa forma, o que não seria compreendido como cooperação?

Neste caso, tudo aquilo que seria entendido como competição ou conflito, isto é, todo comportamento pautado por interesses que visam reduzir ganhos de outros, ou impedir a satisfação de suas necessidades. Ou, também, o comportamento unilateral e de passividade que podem representar oposição à cooperação se esse comportamento não chega a reduzir as consequências negativas decorrentes de políticas conflituosas adotadas por uma das partes.

Segundo Desiderá (2014) o jogo do Dilema do Prisioneiro reiterado, equiparando-o à Caça ao Cervo em termos de estrutura de payoffs. Destaca-se a promoção da cooperação por meio da elevação dos benefícios mútuos, redução dos custos de exploração e mudanças na percepção de segurança. O autor introduz o conceito de realismo defensivo, argumentando que a aquisição de equipamentos militares defensivos pode eliminar o dilema da segurança. O surgimento dos regimes internacionais, conforme proposto por Krasner, é mencionado como um fator crucial para promover a cooperação. O neoliberalismo institucional, liderado por Robert Keohane, é apresentado como uma abordagem que destaca o papel dos regimes na alteração de padrões de cooperação e conflito, proporcionando previsibilidade nas relações internacionais.

O autor realiza uma revisão crítica dos modelos da teoria dos jogos e do estado como ator racional, destacando limitações, como a imutabilidade das preferências dos atores e a falta de consideração de aspectos psicológicos e morais. Surgem abordagens construtivistas, como a análise de Ruggie sobre regimes internacionais, que considera práticas sociais e políticas históricas na formação desses regimes. Wendt argumenta que os interesses e identidades dos países são construídos socialmente, questionando o modelo do ator racional egoísta. Milner incorpora fatores domésticos à análise da cooperação internacional, considerando a luta interna entre grupos para promover ou impedir a cooperação. O autor destaca as abordagens do construtivismo, neoliberalismo institucional e realismo defensivo como influentes no estudo da cooperação internacional (DESIDERÁ, 2014).

O texto explora a cooperação internacional para o desenvolvimento, abordando as transformações históricas na assistência externa. Inicialmente vinculada à política externa, a ajuda foi dominada pelos EUA, notadamente com o Plano Marshall. A partir dos anos 1960, surge a preocupação com a eficácia da cooperação para o desenvolvimento, levando a debates sobre a ajuda amarrada e condicionalidades. A crise da dívida nos anos 1980 reduziu os fluxos de ajuda, enquanto os anos 1990 viram uma mudança no foco para o Leste Europeu e novas condicionalidades, incluindo reformas pró-democracia. O texto destaca desafios persistentes na conceituação do desenvolvimento e nas políticas de ajuda (DESIDERÁ, 2014).

⁶ Para entendermos a aplicação da Teoria dos Jogos na Teoria das Relações Internacionais, em especial, no contexto da Cooperação Internacional reveja o Dilema do Prisioneiro, no vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jUTWcYXVR5w>

⁷ Para Keohane, se utilizando do conceito originário de Charles Lindblom, na sua obra “The Intelligence of Democracy” (1965), “A coordenação política, por sua vez, implica que as políticas de cada estado tenham sido ajustadas para reduzir as suas consequências negativas para os outros estados” (p.467) - Tradução livre do autor.

Dessa maneira, durante os anos 2000, a cooperação para o desenvolvimento concentrou-se nos países menos desenvolvidos, guiada pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O CAD/OCDE estabeleceu indicadores para medir a efetividade da ajuda. A discussão atual, pós-2015, concentra-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), integrando desenvolvimento e meio ambiente. Destaca-se o aumento da cooperação Sul-Sul e triangular, com países do Sul colaborando e compartilhando conhecimento. A autora diferencia ajuda externa, assistência para o desenvolvimento e cooperação para o desenvolvimento, enfatizando a parceria na última. O artigo explora a evolução da cooperação internacional diante das mudanças globais.

A Crise Civilizacional enquanto Governança sem Governo

No livro "Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial", organizado por James Rosenau e Ernst-Otto Czempiel, introduz a obra fornecendo uma análise abrangente sobre o conceito emergente de governança global. Os autores exploram a transição de uma ordem internacional baseada em estruturas hierárquicas e Estados-nacionais para uma dinâmica mais fluida e descentralizada. Destacam a ascensão de atores não estatais e redes transnacionais que desempenham papéis significativos na formação e execução de políticas globais, desafiando a noção tradicional de governo centrado nos Estados.

Os termos "governação" e "governo" são desdobrados para ilustrar as nuances desses conceitos na política mundial contemporânea. Rosenau e Czempiel destacam a multiplicidade de atores, incluindo organizações internacionais, empresas multinacionais e ONGs, que contribuem para a tomada de decisões globais. Eles também abordam a natureza complexa e interconectada dos problemas globais, como mudanças climáticas e desenvolvimento, que demandam soluções cooperativas. Ao longo do capítulo, os autores enfatizam a importância da governança sem governo na adaptação às mudanças sociais, econômicas e políticas. Eles apresentam o conceito de "regulação global", destacando como normas e padrões são estabelecidos fora das estruturas estatais tradicionais. Além disso, discutem a interconexão entre sistemas locais, nacionais e globais, sugerindo que a governança eficaz requer abordagens mais flexíveis e participativas (ROSENAU E CZEMPIEL, 2001).

Os desafios e paradoxos da governança sem governo são analisados, incluindo questões de legitimidade, accountability e a tensão entre ordem e transformação. Os autores propõem que o entendimento dessas dinâmicas é crucial para enfrentar os desafios contemporâneos. Em síntese, o capítulo proporciona uma base teórica sólida para o restante do livro, destacando a complexidade da política global e a necessidade de abordagens inovadoras de governança. No livro de Rosenau e Czempiel oferece uma análise crucial sobre a emergência do conceito de governança global. A transição destacada de uma ordem internacional centrada em Estados-nacionais para uma estrutura mais fluida e descentralizada reflete as mudanças dinâmicas na política mundial. Isso ressoa com as transformações nas relações internacionais contemporâneas, onde atores não estatais e redes transnacionais desafiam a concepção tradicional de um sistema conduzido por Estados (ROSENAU E CZEMPIEL, 2001).

A exploração das nuances entre "governação" e "governo" fornece uma base teórica robusta, especialmente ao examinar as contribuições de organizações internacionais, empresas multinacionais e ONGs na tomada de decisões globais. A ênfase na complexidade e interconexão dos problemas globais, como mudanças climáticas e desenvolvimento, destaca a necessidade urgente de soluções cooperativas e transcende a abordagem unilateral dos Estados. O conceito de "regulação global" introduzido pelos autores é particularmente relevante ao discutir como normas e padrões são estabelecidos fora das estruturas estatais convencionais. Isso se conecta diretamente às relações internacionais, especialmente no contexto de questões ambientais globais e desenvolvimento sustentável. A análise da interconexão entre sistemas locais, nacionais e globais sugere uma governança eficaz que requer abordagens mais flexíveis e participativas. Isso ressalta a necessidade de uma abordagem brasileira mais colaborativa em suas relações internacionais, reconhecendo a interdependência global.

A abordagem dos desafios e paradoxos da governança sem governo, incluindo questões de legitimidade e accountability, ressoa com as preocupações contemporâneas na cooperação internacional. A proposta dos autores sobre a compreensão dessas dinâmicas como crucial para

enfrentar desafios contemporâneos é particularmente aplicável ao Brasil, pois busca uma posição mais influente no cenário global. Portanto, o capítulo fornece uma fundação teórica valiosa para entender a complexidade da política global. A perspectiva de governança sem governo oferece insights significativos para as relações internacionais, incentivando abordagens inovadoras e cooperativas em seus esforços diplomáticos.

Apesar da robustez teórica e das contribuições valiosas do capítulo sobre "Governança sem governo", algumas contradições e aspectos inconclusivos podem ser identificados, especialmente quando aplicados aos contextos específicos da política externa brasileira. Como por exemplo, os Desafios de Implementação. Embora o texto destaque a necessidade de abordagens mais flexíveis e participativas na governança global, a implementação dessas ideias na prática pode ser desafiadora. A política externa brasileira, apesar de buscar uma abordagem mais colaborativa, enfrentou obstáculos significativos, incluindo interesses divergentes de outros Estados e a resistência a mudanças nas estruturas tradicionais de poder (ROSENAU E CZEMPIEL, 2001).

Um segundo aspecto seria a Interdependência Global e Desigualdades. A ênfase na interdependência global ressoa com a busca brasileira por uma posição mais influente. No entanto, as relações internacionais do Brasil, particularmente durante os governos Lula e Dilma, revelam desafios persistentes relacionados às desigualdades estruturais no sistema internacional, o que pode limitar a eficácia das abordagens colaborativas (Rosenau e Czempiel, 2001). Um terceiro aspecto seria a Legitimidade e Accountability na Prática. Enquanto o texto aborda as questões de legitimidade e accountability na governança sem governo, a aplicação desses princípios na política externa brasileira pode ser ambígua. A participação em fóruns internacionais pode não garantir automaticamente uma maior legitimidade, especialmente se as decisões não refletirem plenamente os interesses e necessidades nacionais (ROSENAU E CZEMPIEL, 2001).

Um quarto aspecto seriam as Contradições na Busca por Influência. Embora o texto sugira que uma compreensão profunda das dinâmicas da governança sem governo seja crucial para enfrentar desafios contemporâneos, em alguns momentos, adotaram estratégias mais tradicionais de diplomacia, indicando contradições na aplicação prática das teorias discutidas (Rosenau e Czempiel, 2001). Por fim, um quinto aspecto seriam as Limitações na Consideração de Fatores Domésticos. A abordagem do capítulo sobre a interconexão entre sistemas locais, nacionais e globais destaca a necessidade de flexibilidade. No entanto, a política externa brasileira muitas vezes não considerou de maneira abrangente fatores domésticos, como mudanças políticas internas, que podem impactar significativamente a eficácia das estratégias globais (ROSENAU E CZEMPIEL, 2001).

Dessa maneira, enquanto a obra fornece uma base teórica valiosa, a aplicação dessas ideias revela desafios práticos, destacando a complexidade de traduzir teorias de governança global em ações concretas em um contexto geopolítico específico.

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento diante da Crise Civilizacional

Segundo Milani (2012) a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é definida como um sistema que envolve a política de Estados e atores não governamentais, normas difundidas por organizações internacionais e a crença na promoção solidária do desenvolvimento como solução para as desigualdades geradas pelo capitalismo global. Este sistema, altamente institucionalizado e complexo, inclui diversos atores dos países doadores (tradicional ou emergentes) e beneficiários (principalmente países de baixa renda), cada um com identidades, preferências e motivações variadas, que podem ser políticas, de segurança, humanitárias, morais, econômicas ou ambientais.

As relações entre doadores e beneficiários refletem as assimetrias e hierarquias na economia política internacional, destacando as disparidades entre o centro e a periferia do sistema global. Além disso, atores-mediadores, como organizações não governamentais, movimentos sociais, mídia internacional e centros de pesquisa, desempenham papéis relevantes na difusão de agendas, legitimação de ideários e, ocasionalmente, na organização de protestos e definição de mecanismos de monitoramento e controle. Embora não tenha um único arquiteto, a CID tem origens nas iniciativas dos Estados Unidos da América do pós-Segunda Guerra Mundial (MILANI, 2012).

No contexto contemporâneo, a cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) passou de uma abordagem de ajuda pontual em situações de emergência para um modelo mais permanente e institucionalizado. Essa mudança, que ocorreu no século XX, marcou uma transição das práticas de ajuda alimentar de urgência e diplomacia temporária para um padrão normativo nas relações entre Estados, agências internacionais e organizações não governamentais. A institucionalização e legitimação do multilateralismo da cooperação para o desenvolvimento ocorreram durante a Guerra Fria, impulsionadas pela competição entre a URSS e os EUA. A história da CID está intrinsecamente ligada ao sistema econômico capitalista, ao projeto de modernização e ao liberalismo multilateral nas relações internacionais. As noções de "cooperação internacional" e "desenvolvimento" refletem ideais de progresso econômico, solidariedade social e consensos políticos entre as nações. No entanto, críticas apontam limitações na experiência histórica da Cooperação Norte-Sul (CNS), levantando questionamentos sobre os dilemas que podem envolver as estratégias da Cooperação Sul-Sul (CSS) adotadas por países como Brasil, México, Índia, China, Turquia ou África do Sul (MILANI, 2012).

Assim, a Cooperação Sul-Sul (CSS) deve ser compreendida à luz do histórico ativismo multilateral dos países em desenvolvimento, considerando transformações no sistema internacional desde os anos 1990 e as necessidades de ajuste do capitalismo. Diferenciar CSS de Cooperação Norte-Sul (CNS) requer análise além dos discursos governamentais e ONGs, exigindo compreensão da realidade nos países beneficiários. Países como Brasil, Índia e África do Sul, que transitaram de beneficiários para doadores emergentes, precisam evitar a reprodução de práticas criticadas no passado. A década de 1990, marcada pelo fim da ordem bipolar, globalização e democratização, destacou temas como combate a pandemias, proteção da biodiversidade, mudanças climáticas, descentralização, parcerias público-privadas e programas de redução da pobreza na agenda da Cooperação para o Desenvolvimento.

A agenda da Cooperação para o Desenvolvimento (CID) ampliou-se, passando de projetos pontuais para ênfase em programas e políticas, com diálogos sobre políticas públicas, critérios seletivos e capacitação. A ideologia de mercados livres e Estado mínimo influenciou essa nova abordagem. A CID expandiu seu espectro, focando em programas e estratégias, deixando de ser apenas "ajuda internacional" para se tornar cooperação e parcerias. Três temas centrais ganharam destaque: a introdução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo PNUD, que considerou saúde, educação e renda; a orientação estratégica de focar em grupos de beneficiários vulneráveis; e a institucionalização de discursos multidimensionais sobre o desenvolvimento. O IDH contribuiu para disseminar visões abrangentes sobre o desenvolvimento, mas também levantou questões sobre uma abordagem mais nacionalizada e individualizada desse conceito.

Nas décadas de 1990 e 2000, a Cooperação para o Desenvolvimento (CID) se destacou em conferências da ONU, abordando temas globais como educação, proteção ambiental, direitos humanos, desenvolvimento social e discriminação racial. Essas conferências promoveram debates entre diversas posições culturais, religiosas e geográficas, expandindo estratégias de monitoramento e envolvendo movimentos sociais e organizações não governamentais. Os Objetivos do Milênio (ODM) centraram as atenções, estabelecendo metas e indicadores para melhorar as condições de desenvolvimento individual. Após os eventos de 11 de setembro de 2001, a segurança ganhou destaque, ameaçando o multilateralismo e levando a regulamentações sob a perspectiva realista da segurança das fronteiras nacionais, mesmo diante da importância significativa das remessas de migrantes para países em desenvolvimento.

Nas décadas mais recentes, a Cooperação para o Desenvolvimento (CID) passou por mudanças significativas. A eficácia da ajuda internacional tornou-se uma preocupação crescente, destacada por declarações em Paris (2005) e Acra (2008), enfocando o desenvolvimento de capacidades nacionais, a apropriação pelos países beneficiários, a coordenação entre doadores e a responsabilidade mútua. A emergência de "novos atores", incluindo fundações privadas e mecanismos como o Global Fund Against AIDS e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, contribuiu para a complexidade da cooperação. Países beneficiários, como Brasil e Índia, também passaram a definir suas agendas como doadores, mas a fragmentação e a necessidade de coerência e coordenação são desafios presentes. Além disso, a interdependência entre AOD e políticas de comércio, investimento e migrações é uma área pouco explorada nos estudos acadêmicos e no debate político.

No contexto crítico da Cooperação Sul-Sul (CSS) e do capitalismo, a relevância dessa abordagem cresce na cooperação internacional para o desenvolvimento. As perspectivas sobre a cooperação são diversas, com visões favoráveis e críticas em relação aos seus objetivos e resultados. A crítica à Cooperação para o Desenvolvimento (CID) inclui argumentos relacionados ao nacionalismo, socialismo, tradicionalismo e anti-ocidentalismo. Enquanto alguns liberais veem a CID como uma prática racional para promover cooperação econômica, outros, especialmente os ultraliberais, a consideram um obstáculo ao desenvolvimento, prejudicando as economias dos países receptores. Construtivistas enfatizam a CID como um padrão resultante das relações de socialização entre os Estados, enquanto a visão realista destaca a importância de distinguir entre cooperação instrumental e os fins perseguidos pela interação cooperativa.

Na perspectiva realista da cooperação internacional, enfatizando que os Estados cooperam de maneira racional e estratégica, visando melhorar suas próprias condições. A distribuição desigual dos ganhos relativos, mesmo quando os ganhos absolutos são consideráveis, é ressaltada. A obrigação moral é ajudar os pobres dos países menos desenvolvidos, não necessariamente seus governos. A interpretação realista aborda os benefícios para o país doador, como acesso a insumos estratégicos e promoção de interesses comerciais.

Outros enfoques, como o marxismo, destacam a CID como preservação do capitalismo e manutenção da hegemonia dos países centrais. Críticas à CID incluem sua associação ao modo capitalista de produção, sua imposição etnocêntrica e eurocêntrica, e a perspectiva pós-desenvolvimentista que questiona a utopia iluminista do desenvolvimento. Por fim, movimentos alternativos reivindicam respostas às desigualdades sociais e uma abordagem multidimensional do desenvolvimento. O texto destaca a importância de considerar fatores e atores domésticos na compreensão da CID, incluindo opinião pública, disputas eleitorais e instituições domésticas.

A interseção de abordagens que exploram temas como a questão ambiental e as especificidades dos territórios na cooperação para o desenvolvimento. Destaca-se a crítica à abordagem disciplinar predominante na questão ambiental, apontando para a necessidade de considerar a diversidade de saberes. A ecologia política é mencionada, enfatizando a relação entre problemas ambientais, distribuição de riqueza e conflitos distributivos. Críticas ao jogo interno da cooperação incluem falta de transparência, fragmentação de esforços, direcionamento de fundos para governos corruptos e falta de reação dos beneficiários.

A heterogeneidade dos fluxos financeiros da cooperação é apontada como um desafio na avaliação de sua efetividade. Além disso, questões imateriais, como promoção da democracia, são discutidas, destacando a necessidade de foco em aspectos materiais e produtivos. O texto questiona mitos persistentes na cooperação, como a linearidade do desenvolvimento e a transferência universal de conhecimento, propondo reflexões críticas e novos princípios que considerem a complexidade das relações sociedade-natureza. O impacto da Cooperação Sul-Sul nas relações entre Estados e sociedades em desenvolvimento é sugerido como uma área de investigação relevante (MILANI, 2012).

A cooperação Sul-Sul (CSS) como parte das agendas de política externa de países em desenvolvimento, como Brasil, China, Índia, África do Sul, México e Turquia. Esses países emergentes, também chamados de "new powers" ou "grandes países periféricos", atuam tanto como beneficiários quanto como doadores na cooperação internacional para o desenvolvimento. A CSS envolve alianças, financiamento e cooperação técnica em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, desenvolvimento agrícola, tecnologia e infraestrutura. A relevância da CSS está relacionada ao papel desses países em reformas na governança global e em coalizões regionais. A perspectiva comparada é essencial devido às diferenças nas políticas de CSS, comportamento multilateral, economias, inserção regional e modelos de desenvolvimento (MILANI, 2012).

É importante destacar que existem fatores sistêmicos, regionais e domésticos que influenciam as agendas de CSS. A cooperação é vista como parte das estratégias de projeção de poder político e econômico desses países. A origem histórica da CSS remonta à Conferência de Bandung em 1955, marcando o início da cooperação entre países em desenvolvimento. O texto menciona eventos importantes que contribuíram para a evolução da CSS desde então, ressurgindo nos anos 1990 com um novo impulso diante da globalização e das mudanças nas relações Norte-Sul. A CSS busca promover uma nova visão de desenvolvimento econômico baseada na cooperação entre países do Sul, enfatizando identidades compartilhadas e

interdependência. O Brasil, por exemplo, destaca sua cooperação técnica como um instrumento de desenvolvimento estrutural, diferenciando-se do conceito de ajuda oficial para o desenvolvimento da OCDE (MILANI, 2012).

Por último, é também necessário abordar uma agenda de pesquisa que visa compreender como seis países (África do Sul, Brasil, China, Índia, México e Turquia) concebem e implementam suas políticas externas de Cooperação Sul-Sul (CSS). As questões de pesquisa incluem a liderança regional assumida por meio dessas políticas, os custos associados a essa liderança e o compartilhamento de decisões com outros países em desenvolvimento. Também explora a relação entre as práticas tradicionais da Cooperação Norte-Sul (CNS) e a experiência acumulada no campo da CSS, considerando desenhos institucionais, áreas temáticas prioritárias e regiões focais. As dimensões analíticas incluem perfil da política externa, normas da cooperação, dimensão histórica, geopolítica, institucional e política doméstica (MILANI, 2012).

A Sabedoria Iorubá no Contexto da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Para tratar desta problematização, escolhemos o Odù Ogbè-Ògündá, que é um dos 256 Odus (caminhos) do sistema Ifá, um oráculo da cultura iorubá, construído por meio da oralidade dos sacerdotes e sacerdotisas dessa tradição de matriz africana. Este mito supracitado narra um dos caminhos na história de Exu, o orixá da comunicação, da negociação e da mediação, e de sua importância para o equilíbrio do universo.

A análise do Odù Ogbè-Ògündá, nos permite identificar alguns aspectos da sabedoria iorubá que podem ser relevantes para o enfrentamento da crise civilizacional, a partir do papel de Exu. Na adaptação de Cobelo (2020, p.84-85), Eledunmare possuía um filho muito doente, Igú, a quem tinha feito de tudo para curá-lo sem obter sucesso (no Universo). Mandou-o então ao Aiyé (no planeta Terra), na esperança de lá conseguir a cura. Orunmilá, que vivia no Aiyé, passava por grandes dificuldades financeiras e, por isso, recorreu a um Bábáláwo em busca de ajuda. Foi orientado a fazer ebós com cinco galinhas durante cinco dias seguidos, findo os quais a riqueza que desejava chegaria às suas mãos. O sacerdote explicou como e onde as oferendas deveriam ser colocadas e Orunmilá decidiu cumprir à risca as suas orientações a fim de receber o que tanto desejava. Acontece que o filho de Eledumare, ao chegar ao Aiyé, foi morar exatamente no local onde Orunmilá depositava os ebós (numa encruzilhada). Por estar faminto, dia após dia comia as oferendas de Orunmilá e, para sua surpresa, foi ficando curado de cada uma das suas terríveis doenças (na cabeça, nos braços, no peito e nos pés). Até que findo os cinco dias, viu-se completamente são. Correu ao Orun para dar boa nova ao pai, que logo perguntou quem tinha sido o responsável pela sua cura. Igú explicou tudo e Eledunmare, muito satisfeito, resolveu presentear o benfeitor de seu filho.

Entregou a Igú quatro dádivas, instruindo-lhe a procurar Orunmilá e dizer que ele poderia escolher apenas uma (das dádivas), sendo que as três restantes deveriam ser levadas de volta. As dádivas eram Prosperidade, Fertilidade, Longevidade e Paciência. Surpreso com a oferta e sem saber qual delas escolher, Orunmilá pediu opinião de seus familiares, que o deixaram ainda mais confuso: os irmãos o aconselharam a aceitar a prosperidade; as esposas, a fertilidade; os filhos, a longevidade. Indeciso, Orunmilá consultou Exu, seu melhor amigo. Exu analisou as respostas de cada um e disse a Orunmilá que não deveria escolher a Prosperidade, pois se ficasse rico certamente ajudaria a família, e assim, impediria que os seus membros trabalhassem em prol do seu próprio sustento. Exu disse também que Orunmilá não deveria escolher a Fertilidade porque já tinha muitos filhos. Exu disse ainda que Orunmilá não escolhesse a Longevidade porque por mais que se viva, um dia a morte chega para todos, sendo inevitável. Exu então aconselhou Orunmilá a escolher a Paciência, garantindo-lhe que, se assim fizesse, receberia todas as demais dádivas. Orunmilá acatou o conselho de (seu amigo) Exu e levou a Paciência para casa. (COBELO, 2020, p.84-85)

O filho de Eledunmare iniciou então a sua viagem de volta ao Orun, levando consigo as três dádivas restantes. No caminho, a Prosperidade perguntou por Paciência. Igú respondeu que ficou na casa de Orunmilá. A Prosperidade disse que voltaria para perto da Paciência porque só fica onde ela (a Paciência) está; sem ela (a Paciência) ninguém poderia ser próspero, argumentou. A Fertilidade também perguntou por Paciência e quis logo voltar para junto dela, dizendo que sem ela (a Paciência) as gestações não se realizariam, pois demandavam tempo e, consequentemente, paciência. A Longevidade também perguntou onde está a Paciência e voltou logo para perto dela, pois não seria possível ter uma vida muito longa sem que se tivesse

paciência. Quando retornou a casa de Eledumare, Igún tinha as mãos vazias. Contou ao pai tudo o que se passara e quis retornar ao Aiyé para trazer as dádivas restantes, mas seu pai não permitiu, concordando que elas deveriam realmente ficar junto a Paciência. Assim, Orunmilá, graças ao conselho de Exu, conseguiu reunir todas as quatro dádivas, vindo a tornar-se um rei sábio, próspero, longevo e com muitos filhos. (COBELO, 2020, p. 85)

É possível fazer uma breve análise da narrativa do Odù Ogbè-Ògündá a partir do pensamento decolonial, tanto diante do contexto colonial que a narrativa se insere; como na figura de Exu; e também na mensagem decolonial que a narrativa propõe. Quanto ao contexto colonial, a narrativa do Odù Ogbè-Ògündá foi registrada pela primeira vez em um contexto colonização dos povos de matriz africana, como a Nigéria e o Brasil, nações em que a tradição iorubá aflorou. Nesse contexto, os orixás eram associados a demônios e a práticas pagãs, portanto, a mensagem decolonial da narrativa do Odù Ogbè-Ògündá nos lembra que a demonização dos orixás é uma forma de violência colonial. Essa narrativa pode ser usada para desconstruir a demonização dos Orixás e para valorizar a cultura iorubá.

Em primeiro lugar, Exú nos lembra da importância da alteridade. Ele é o orixá da comunicação e da negociação, que nos convida a dialogar com o outro, mesmo que seja diferente de nós. A crise civilizacional é, em parte, resultado do desrespeito à alteridade, que levou à dominação e à exploração de povos e culturas. Em segundo lugar, Exu nos ensina sobre a pluralidade e a complexidade. Ele é o orixá da encruzilhada, que nos lembra da existência de múltiplos caminhos e perspectivas. A crise civilizacional é, em parte, resultado da simplificação da realidade, que levou à fragmentação do mundo e ao conflito. Em terceiro lugar, Exu nos convida à transformação. Ele é o orixá da mudança, que nos ensina a nos adaptar às novas circunstâncias. A crise civilizacional é uma oportunidade para repensarmos o nosso mundo e construirmos uma sociedade mais justa e sustentável, por meio da Paciência.

Nesta perspectiva decolonial, Exu possui atributos, isto é, qualidades e características de conselheiro e amigo, que comprehende o sentido do caos do universo, que comprehende a lógica complexa das coisas, mas também, tem a capacidade de ter paciência para escolher o melhor caminho (nas encruzilhadas) das negociações e escolhas. Segundo Cobelo, a narrativa do Odù Ogbè-Ògündá supracitado ressalta a figura de Exu e “algumas de suas qualidades, como lealdade, sensatez e sabedoria, bem como a importância da paciência na realização do destino humano” (COBELO, 2020, p.85). Esta paciência, como afirma Cobelo (2023) é diferente da resiliência, que seria a capacidade de suportar dificuldades sem revolta ou reclamações, ou da acomodação, que seria a espera calma e silenciosa por algo que se sabe ser demorado.

Para Sikiru Salami (Babá King) e Ronilda Iyakemi Ribeiro (apud COBELO, 2020), quando (a Paciência) considerado atributo de Exu (...) então se refere ao encontro do ponto de equilíbrio interior que fará com que o sujeito permaneça centrado e resistente diante das turbulências da vida, (...) pois sabe-se que irão passar e trazer novas perspectivas. Dessa maneira, a Paciência: (1) lida com o tempo; (2) lida com as próprias imperfeições; (3) lida com as imperfeições dos outros; e (4) lida com a tolerância; tão necessária em tempos de crise civilizacional. Isto porque, é “a construção diária da existência, passo a passo e sem atalhos e evasivas” (COBELO, 2020, p.83).

A cooperação internacional não pode ser feita por atalhos e soluções evasivas, mas pode ser alcançadas por algumas formas, isto é, de maneira tácita, ou seja, sem acordo por escrito; por meio de negociação mediante barganha explícita; ou de forma imposta, cujo lado mais forte força o outro lado a alterar suas políticas, apesar de fazer ajustes também em suas próprias políticas. Esta última, sendo compreendida, para Milner (1992) como ganhos mútuos. Para Milner, não foi possível a se construir uma teoria da cooperação internacional, porém se chegou na década de 1980, em seis hipótese possíveis de análise em diferentes modelos de cooperação. As seis hipóteses podem ser elencadas na seguinte forma: (1) ganhos absolutos, relativos e de reciprocidade; (2) número de atores; (3) reiteração e repetição; (4) regimes internacionais; (5) comunidades epistêmicas; e (6) assimetrias de poder.⁸

⁸ Os ganhos absolutos, num ambiente de anarquia, com maximização de ganhos absolutos em dilemas de prisioneiros é melhor quando se adota uma estratégia de reciprocidade, especialmente quando não se pode aplicar sanções quando um dos lados não coopera. Já os ganhos relativos se dão quando se realiza uma distribuição equilibrada dos ganhos, pois as nações se preocupam com os seus ganhos em relação aos ganhos das outras nações. Quanto ao número de atores, as perspectivas de cooperação diminuem à medida que o número de atores aumenta, porque com um número elevado há maior probabilidade de

A discussão feita por Desiderá (2012) sobre o Dilema do Prisioneiro reiterado e a Caça ao Cervo, em termos de estrutura de payoffs, oferece uma aplicação prática para entender a dinâmica da cooperação internacional. No cenário brasileiro, isso pode ser correlacionado com os esforços para promover parcerias econômicas mutuamente benéficas, reduzindo barreiras e custos para o comércio. A introdução do conceito de realismo defensivo, sugerindo que a aquisição de equipamentos militares defensivos pode mitigar dilemas de segurança, pode ser associada aos investimentos brasileiros em tecnologia e infraestrutura para a proteção de suas fronteiras e recursos estratégicos.

A menção aos regimes internacionais como facilitadores da cooperação ressoa com as iniciativas do Brasil na promoção da cooperação regional na América do Sul, onde organismos como o Mercosul atuam como facilitadores institucionais. A abordagem neoliberal institucional destaca o papel fundamental das instituições na alteração de padrões de cooperação, alinhando-se com a participação ativa do Brasil em fóruns internacionais e organizações multilaterais. A revisão crítica dos modelos da teoria dos jogos e do estado como ator racional destaca limitações importantes, como a falta de consideração de fatores psicológicos e morais. No contexto brasileiro, isso ressalta a necessidade de uma abordagem mais holística para compreender as motivações e as dinâmicas subjacentes nas relações internacionais, considerando valores culturais e éticos.

A introdução das abordagens construtivistas, especialmente sobre regimes internacionais, sugere que práticas sociais e políticas históricas moldam esses regimes. Isso pode ser interpretado à luz da evolução das políticas externas brasileiras, influenciadas por fatores históricos e sociais que moldaram suas relações com outros países, especialmente no âmbito regional. Já inclusão de fatores domésticos na análise, conforme proposto por Milner (1992), reflete a complexidade das dinâmicas internas e como elas influenciam a cooperação internacional. Isso pode ser relacionado com os desafios políticos internos que o Brasil enfrenta ao buscar políticas de desenvolvimento e cooperação internacional consistentes.

Conclusões

A sabedoria iorubá a respeito de Exú pode nos oferecer insights importantes para o enfrentamento da crise civilizacional. A partir de uma perspectiva decolonial (CONNELL, 2012), Exú pode ser um poderoso símbolo de resistência e transformação. Acreditamos que a confrontação da crise civilizacional requer uma mudança de paradigma, que passe pela desconstituição do pensamento eurocêntrico e pelo resgate de saberes e práticas de resistência dos povos do sul global. A sabedoria iorubá a respeito de Exú pode contribuir para essa mudança, oferecendo-nos uma visão mais complexa e inclusiva do mundo.

Na perspectiva da cooperação internacional (MILNER, 1992), a literatura se enfraqueceu quando seguiu uma abordagem sistêmica e também apoiada na teoria dos jogos, mas se fortaleceu quando definiu o que era e não era cooperação e, também, construiu algumas hipóteses. Neste caso, as seis hipóteses elencadas anteriormente. Contudo, na cooperação Internacional desconsidera a política doméstica dos países com suas dinâmicas próprias como elementos constitutivos, isto porque, constitui-se como premissa básica da política internacional "anárquica", ou seja, do caos que se molda nesta crise civilizacional que vivemos atravessado.

Exu é o agente do Caos e a narrativa do Odù Ogbè-Ògündá pode ser usada para desconstruir a demonização dos orixás. Ela nos lembra que Exu é um orixá complexo e contraditório, mas ele não é um ser maligno. Ele é um símbolo da dualidade da natureza humana, que é capaz de grandes feitos, mas também de grandes atrocidades. A demonização dos orixás é um exemplo da violência colonial, que buscava destruir as identidades e os saberes dos povos colonizados. A narrativa do Odù Ogbè-Ògündá é um contraponto a essa violência. Ela nos lembra que os orixás são seres complexos e contraditórios, mas eles não são seres malignos. Eles são

desistências, o que pode tornar inviável a aplicação de sanções. Mas, por outro lado, podem ter mais trocas, de maneira estratégica e mais atenuadas as perdas. Quanto às reiterações, quanto mais elevadas, mais duradouras a vontade de cooperar. Já os regimes internacionais facilitam a cooperação mediante as funções que desempenham para os países, reduzindo incertezas e de insegurança sobre desistências. As comunidades epistêmicas fornecem informações para influenciar a criação de regimes, principalmente, quando são mais influentes aos governos. Por fim, as assimetrias de poder induzem que desequilíbrios de poder geram cooperação.

símbolos da dualidade da natureza humana, que são capazes de grandes feitos, mas também de grandes atrocidades.

A partir dos resultados deste artigo, sugerimos algumas recomendações para o enfrentamento da crise civilizacional a partir da sabedoria iorubá a respeito de Exu: (1) Promover o diálogo e a negociação entre diferentes culturas e perspectivas; (2) Reconhecer a pluralidade e a complexidade do mundo; (3) Cultivar a alteridade e o respeito ao outro; e (4) Incentivar a transformação e a inovação. Acreditamos que essas recomendações podem contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável. Isto porque, com o conselho de Exu, Orixá com atributos de ter Paciência, podemos alcançar a Prosperidade, a Longevidade e a Fertilidade que tanto almejamos em tempos de crise civilizacional.

Para Cláudia Cobelo, “desenvolver a paciência é um processo de vida, é tarefa lenta e trabalhosa, que deve ser cultivada com foco, atenção e muita disciplina. É Exu quem nos traz a força necessária para essa difícil tarefa” (COBELO, 2020, p. 83 apud SALAMI & RIBEIRO, 2011, p. 285). Ele é um símbolo da dualidade da natureza humana, no qual nós seres humanos, somos capazes de grandes feitos e de grande atrocidade e, não somente os Orixás como o pensamento colonizador impôs as civilizações colonizadas por séculos.

Referências bibliográficas

- AKIWOWO, Akinsola. Indigenous Sociologies: extending the scope of the argument. *International Sociology*, v. 14, n.1, 1999.
- ALATAS, Syed Farid. Alternative Discourses in Asian Social Sciences: responses to eurocentrism. New Delhi, Sage, 2006.
- BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- BURAWOY, Michael; CHANG, Mau-kuei & HSIEH, Michelle Fei-yu (eds.). Facing an Unequal World: challenges for a global sociology. 3 vol. Taipei, Academia Sinica, 2010.
- CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference. Princeton, Princeton University Press, 2000.
- COBELO, Cláudia. Sabedoria Iorubá. Editora Senhora dos Ventos, Brasília/DF, 2020.
- CONNELL, Raewyn. A Iminente Revolução na Teoria Social. RBCS, Vol.27, n. 80, outubro/2012.
- CONNELL, Raewyn. Southern Theory: the global dynamics of knowledge in social science. Allen & Uwin, Sidney, 2007.
- DESIDERÁ, W. A. A cooperação internacional para o desenvolvimento como uma expressão específica da cooperação internacional: um levantamento teórico. *Oikos, Revista de Economia Política Internacional*. v. 13, n. 2, 2014. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/51922>
- LAL, Vinay. Empire of Knowledge: culture and plurality in the Global Economy. London, Pluto, 2002.
- MIGNOLO, Walter D.. The Idea of Latin America. Oxford, Blackwell, 2005.
- MIGNOLO, Walter D.. Local Histories, Global Designs: coloniality, subaltern knowledge and border think. Princeton University Press, 2012.
- MILANI, C. R. S. Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. pp 211-231. CADERNO CRH, Salvador, v. 25, 65, p. 211-231, Maio/Ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n65/v25n65a03.pdf>
- MILNER, Helen. International Theories of Cooperation Among Nations: strengths and weaknesses. *World Politics*. v. 44, n. 3 (april), 1992, p. 466-496.

ODORA HOPPERS, Catherine A. (ed.) Indigenous Knowledge and the Integration of Knowledge Systems. Claremont, New Africa Books, 2002.

PATEL, Sujata (ed.) The ISA Handbook of Diversity Sociological Traditions. Los Angeles, Sage, 2010.

ROSENAU, J. e CZEMPIEL, O. (orgs.) Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília: UnB. 2001

SAID, Edward. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. Coleção Companhia de Bolso. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SALAMI, Sikiru & RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. Exu e a Ordem do Universo. Editora Oduduwa, São Paulo, 2011.